ACTA DA DÉCIMA QUINTA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO (CULT)

--- Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia da CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artº 14º, da Lei 10/2003, de 13 de Maio e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. -----

--- Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.00 horas, tendo o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CULT, José Manuel Bento Sampaio (CDU)**, conduzido os trabalhos e dado as boas vindas a todos os presentes, sendo eles: Manuel Correia Nunes (Vice-Presidente da Mesa), Carlos Alberto Salvador Pernes, Armindo Castelo Bento, Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, José Luís Marques Cabrita, Paulo Martinho da Costa Ramalho Cardoso (em substituição de Victor Manuel Marques Damião, que justificou a falta), António Mário Valada Rodrigues Figueiredo, José Joaquim de Jesus Braz, Manuel Santos Coelho, Manuel Correia Nunes, Isabel Maria Pinto de Almeida, António José Rodrigues, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Jaime Manuel Teodoro Santos, Carlos Manuel Russo Mota, João Pedro Antunes Osório, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto, José Francisco Dias Nunes, Rui Augusto Nabais, Célia Maria Azevedo Reis (em substituição de Rogério Mendes Coito, que justificou a falta), Pedro Filipe de Oliveira Malaca, João Miguel Gonçalves Lopes, Carlos José Pratas da Silva e Júlio do Carmo Cabecinha Rosado.-----

--- Faltaram à reunião os seguintes membros: António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, Luísa Pinheiro Portugal, Paulo Francisco de Mello e Araújo do Espírito Santo, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Carlos Manuel Luís Catalão, António Maria de Almeida Calado Maia e Luís Manuel Leandro da Silva, que não apresentaram justificação de falta.-----

--- A senhora Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz, apresentou respectiva justificação de falta, bem como os senhores Deputados Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Fernando Manuel Duarte dos Santos e Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão:-----

--- **Período «Antes da Ordem do Dia»**-----

--- **Período da «Ordem do Dia»:**-----

1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana;-----

2 – Apreciação e Votação da Primeira Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano.-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CULT, José Manuel Bento Sampaio (CDU)**, informando que devido a um lamentável acidente de viação sofrido pela senhora Presidente da Assembleia da CULT, caber-lhe-ia a ele dirigir a presente sessão. Desejou, em nome de todos os presentes, rápidas melhoras para a senhora Presidente. Solicitou de seguida à bancada do Partido Socialista que escolhesse um dos seus membros presentes para se fazer representar na Mesa. O senhor Deputado Carlos José Pratas da Silva ocupou assim o seu lugar, representando o PS na Mesa da Assembleia. O senhor Vice-Presidente passou de seguida à apreciação e aprovação da acta da décima quarta Assembleia da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **António Mário Valada Rodrigues Figueiredo (PSD)**, dizendo que tinha faltado à sessão de 28 de Abril de 2008 e que tinha reparado que alguns companheiros da Assembleia também faltaram, tendo sido substituídos, e que constava na acta que tinham justificado a falta. Na sua situação em particular, essa menção não foi feita, mesmo tendo apresentado justificação de falta no dia 22 de Abril de 2008. Pediu que os serviços tivessem isso em consideração.-----

--- Submetida a votação a **acta da décima quinta Assembleia da CULT**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 19;-----

--- Abstenções: 5 (3 – CDU; 1 – BE; 1 – PSD).-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor Deputado **António Mário Valada Rodrigues Figueiredo (PSD)**, dizendo que se tinha absterido na votação da acta por não ter estado na sessão a que a mesma se referia.-----

--- Usou da palavra a senhora Deputada **Isabel Maria Pinto de Almeida (BE)**, pretendo saber se as abstenções correspondiam a pessoas que estiveram ausentes da sessão. Referiu que se as cinco abstenções correspondiam a pessoas ausentes na sessão, a acta não seria aprovada por maioria, mas sim por unanimidade. Isto porque, na opinião da senhora Deputada, os senhores deputados não poderiam aprovar ou reprovar uma coisa em que não estiveram presentes.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CULT, José Manuel Bento Sampaio (CDU)**, afirmando que a acta estava aprovada por maioria. Referiu que estavam a aprovar uma acta da reunião anterior, mas eram as pessoas que ali estavam na presente sessão que a aprovavam. O voto que contava era aquele. O senhor Vice-Presidente passou de seguida ao Período Antes da Ordem do Dia.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **José Joaquim de Jesus Braz (CDU)**, referindo que a CDU tinha uma recomendação para a apresentar, com o título “Saúde Regional em Situação Difícil”. Antes de ler o documento, recordou que a nível da região, de acordo com os dados que a CDU tinha recolhido, cerca de 55 mil utentes não tinham naquele momento médico de família. Referiu que havia uma geração de médicos que trabalham há décadas na região, que se estavam a aposentar-se e com dificuldade em serem substituídos. Por outro lado, de acordo com o senhor Deputado, as políticas de saúde não têm privilegiado a medicina preventiva e a proximidade, mas sim a saúde hospitalar e curativa. Para além disso, as urgências dos hospitais regionais revelam falta

de condições devido ao encerramento dos SAP's em muitos Centros de Saúde da região. O senhor Deputado prosseguiu lembrando que no último mês várias valências de hospitais regionais tinham anunciado que durante o período de férias encerrariam por falta de recursos humanos. Também de acordo com os dados recolhidos pela CDU na região, na Azambuja, em Dezembro de 2007, havia aproximadamente 2775 utentes sem médico de família. No Cartaxo chegavam aos 3260. Em Rio Maior, 5286. Na Chamusca 61, tendo-se entretanto reformado um médico, cuja esposa iria reformar-se no mês seguinte, e outro médico iria reformar-se em 2009. Em Santarém havia cerca de 7500 utentes sem médico de família. Em Alpiarça, 1400. Salvaterra de Magos, 4170. Coruche, 7 e Benavente, 3474. Segundo o senhor Deputado, estes dados mostravam que a situação estava muito complicada. Disse reconhecer que todo este processo era muito complicado, porque não se formaram médicos suficientes para garantir o serviço de saúde nos últimos 10/15 anos em Portugal, devido às políticas da educação nesta área e à não abertura de vagas nas universidades. O senhor Deputado considerou esta política errada, estando agora o País a pagar as consequências da não abertura de vagas nas universidades para Medicina. O senhor Deputado passou de seguida a ler o documento: "A saúde regional está a passar por uma situação difícil. A situação está a agravar-se com a passagem à reforma, por terem atingido o tempo de serviço necessário para o efeito, de médicos de família, que têm desempenhado funções, nas últimas décadas, nos Centros de Saúde da Região. Estamos muito preocupados com esta situação e esperamos que o esforço desenvolvido pela Junta da CULT, consiga assegurar os níveis de cuidados de saúde existentes. Nesta Assembleia tomámos num passado recente, ano de 2007, uma posição para que fossem respeitados os compromissos assumidos pelas entidades regionais da saúde, tendo em consideração as características da região de grande extensão geográfica e com aspectos sociais e económicos, típicos de uma região do interior. Voltamos a lembrar o papel que podem desempenhar as entidades regionais ligadas à saúde, à segurança social e à protecção civil,

tendo em conta as relações institucionais, para que se mantenham com a CULT e as autarquias as parcerias necessárias para viabilizar a manutenção dos serviços de saúde, bem como a possibilidade de eventualmente reforçar algumas valências na área dos serviços de diagnóstico e terapêutica. As políticas de saúde dos últimos governos não têm tido em consideração o reforço do Serviço Nacional de Saúde. Antes pelo contrário, com o objectivo de racionalizar recursos, as políticas seguidas têm levado ao encerramento de diversos serviços de saúde nas regiões do interior, com menos população, em detrimento da aposta na qualidade dos cuidados de saúde para toda a população. Perante a realidade nua e crua destas políticas, os órgãos do poder local e regional deverão estar atentos e pressionar as entidades nacionais e regionais para que sejam cumpridos todos os compromissos assumidos perante as populações e respeitado o direito à saúde. A saúde é um direito da população e uma das grandes preocupações, principalmente nas camadas mais idosas, que não podem ser esquecidas. Enquanto responsáveis políticos, cumpre-nos lutar pela defesa dos interesses legítimos das comunidades locais e regionais, tanto na área da saúde, como de outras de igual importância. Esta Assembleia deve assumir uma posição firme que envolva, se possível, todas as forças políticas, para que sejam garantidos os serviços de saúde assumidos nestes últimos anos pelas entidades responsáveis pela saúde da região, considerando, como acima referimos, a sua extensão geográfica, os aspectos sociais e económicos e a interioridade da população. Neste sentido, recomendamos ao executivo da Junta que continue a fazer todos os esforços necessários junto das entidades responsáveis para que sejam assegurados, com qualidade, os cuidados de saúde prestados à população da área da CULT”.....

--- Usou da Declaração de Voto o senhor Deputado **António Mário Valada Rodrigues Figueiredo (PSD)**, referindo que, após a leitura da recomendação apresentada pelos eleitos da CDU, a bancada do PSD queria manifestar também as preocupações ao nível da saúde regional e também nacional. Na

opinião do senhor Deputado, todas as bancadas concordariam com esta preocupação. No entanto, a bancada do PSD queria colocar aos eleitos da CDU uma questão que tinha a ver com que tipo de esforços é que, segundo os eleitos da CDU, a CULT deveria tomar na área da saúde. De acordo com o senhor Deputado, a recomendação da CDU era um pouco vaga nesse sentido.--

--- Usou da palavra o senhor Deputado **José Joaquim de Jesus Braz (CDU)**, referindo que a Junta da CULT é um órgão executivo a nível regional, com relações institucionais com as entidades responsáveis pela área da saúde e pode fazer diligências, reuniões e pressão junto destas entidades, à semelhança do que os Presidentes de Câmara têm feito, para que sejam tomadas medidas e soluções. De acordo com o senhor Deputado, compete à Assembleia da CULT tomar uma posição e ao executivo da Junta fazer sentir os problemas da região, junto das entidades regionais e nacionais. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que a bancada da CDU entendia que os senhores deputados da Assembleia da CULT, enquanto responsáveis políticos eleitos por uma comunidade regional, tinham a obrigação de fazer sentir junto dessas entidades que as coisas não estavam bem. Como tal, deveriam ser tomadas medidas, entre elas contratar médicos, oferecendo condições de trabalho. O que pretendiam era que a Junta da CULT, bem como os Presidentes das Câmaras da região, fizessem sentir às entidades competentes as suas preocupações. O senhor Deputado lembrou a sua experiência no seu Concelho, Chamusca, referindo que sabia das reuniões que têm existido com o director do Centro de Saúde, a ARS e as entidades das IPSS, no sentido de estabelecer parcerias, tentar encontrar soluções para melhorar a situação. Terminou a sua intervenção sublinhando que dever-se-ia fazer pressão junto de quem tem competência para tal para tentar solucionar as situações.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, dizendo que compete à Assembleia da CULT levantar as questões e também compete às Câmaras da região tentar junto dos organismos responsáveis resolver da melhor maneira os problemas. O senhor Deputado

disse considerar a situação muito complicada. Referiu que os médicos eram com certeza bons profissionais, mas tinham o privilégio de ter uma profissão com pouca concorrência e faziam-se valer dessa situação. Seria, por isso, um assunto a ser acompanhado com algum cuidado. Ao mesmo tempo, competia aos Presidentes de Câmara e à Junta da CULT mostrar às entidades responsáveis que isto não pode continuar assim. Caso contrário, um dia destes perguntamos onde está o Serviço Nacional de Saúde.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CULT, José Manuel Bento Sampaio (CDU)**, colocando à votação a recomendação “Saúde Regional em Situação Difícil”.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, fazendo uma interpelação à Mesa. Questionou se, segundo o Regimento, não deveria ser tudo votado no final das apreciações. Disse julgar que era isso que estava no Regimento e que era assim que se costumava fazer.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CULT, José Manuel Bento Sampaio (CDU)**, referindo que tudo não passava de uma questão de metodologia de trabalho. Uma vez que o assunto seguinte era diferente do actual, seria então votada já a recomendação.-----

--- Submetida à votação a **recomendação “Saúde Regional em Situação Difícil”**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 18 (CDU, PSD, BE e CDS-PP);-----

--- Abstenções: 7 (PS).-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CULT, José Manuel Bento Sampaio (CDU)**, colocando à apreciação uma saudação dos eleitos da CDU.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, passando a ler a Saudação: “Reunida em sessão ordinária, no dia 30 de Junho de 2008, a CULT – Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, saúda todos os trabalhadores que estão em luta contra as medidas penalizadoras,

retrógradas e neoliberais do novo Código do Trabalho. De igual modo, se saúda a luta dos pescadores, dos agricultores e dos pequenos e médios empresários, duramente atingidos pela crise especulativa dos combustíveis, bem como o milhão e meio de famílias, vítimas da especulação financeira, que adquiriram casa própria e não suportam o aumento galopante das prestações mensais à banca. A Assembleia da CULT, exorta ainda o Governo a tomar medidas concretas (aumento do salário mínimo, aumento das pensões mais baixas, controlo do spread a 0,5%, entre outras), de modo a minorar o impacto do aumento do custo de vida, que está a ser insuportável para os portugueses com menores recursos”.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, dizendo que a bancada do PSD também pactuava com muitas das preocupações que constavam na saudação, relativamente aos trabalhadores. Segundo o senhor Deputado, a situação económica na governação do Partido Socialista tem sido desastrosa para todos. Nesse sentido, referiu que o PSD se identificava um pouco com a saudação. No entanto, existiam na saudação algumas referências que o PSD pretendia chamar a atenção. Dado que a Banca não é nacionalizada, o PSD não compreendia como é que o Governo poderia fazer um controlo do spread a 0,5%. Lembrou que a Banca é privada e medirá o spread consoante os riscos. Na saudação também era referido que as famílias eram vítimas de especulação financeira e, segundo o senhor Deputado, a bancada do PSD também não compreendia porquê. Para além disso, a bancada do PSD achava que os profissionais liberais também deviam ser contemplados na saudação e a mesma só fala no sentido dos trabalhadores por conta de outrem. O senhor Deputado lembrou que País não tem só trabalhadores por conta de outrem e a situação não é difícil só para esses.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, para dar razão ao senhor Deputado João Lopes. Referiu que de facto a Banca é privatizada e nesse caso o Governo tem poucas possibilidades de intervir, mas pode intervir na Caixa Geral de Depósitos. Em relação aos

pequenos e médios empresários, referiu que eles estavam contemplados na saudação. Sobre a especulação, explicou que a saudação era referida no caso do aumento dos combustíveis, dos barcos no alto mar à espera de ordens, etc. Lembrou ainda que se o petróleo está cada vez mais caro em Dólares, por seu lado o Euro está cada vez mais valioso. Portanto, há especulação em todos os níveis. Assim, questionou quem estaria a ganhar com isto. Alguém ganha. Questionou também quem estaria a perder. Todos nós.-----

--- Submetida à votação a **saudação da CDU**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 12 (CDU, BE e 1 do PS);-----

--- Votos contra: 6 (PS);-----

--- Abstenções: 7 (PSD e CDS-PP).-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor Deputado **Armindo Castelo Bento (PS)**, informando que o voto contra teve a ver com o facto de não conhecer o Código do Trabalho referido na saudação. Em segundo lugar, as suas preocupações eram em relação ao mundo do trabalho e não em relação a uma classe específica. Em terceiro lugar, disse não ter a mesma visão garantística do modelo económico estatizado referenciado na saudação.-----

--- Passou-se de seguida ao **primeiro ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana**.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **José Luís Marques Cabrita (CDU)**, referindo que não tinha conseguido encontrar no relatório entregue qualquer informação sobre a situação do projecto Águas do Ribatejo. Assim, tendo presente a imensa informação que tem circulado pelos órgãos de comunicação social, disse estranhar que não fosse feita qualquer referência ao projecto, que julgava ser de extrema importância para a maioria dos Municípios da CULT. Solicitou então ao senhor Presidente da Junta da CULT que elucidasse os senhores Deputados sobre a situação.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**,

pedindo que lhe explicassem mais em detalhe alguns assuntos, nomeadamente a situação do PROT. Disse ter lido no relatório de actividades que houve uma participação do senhor Administrador Executivo da CULT numa reunião sobre o assunto, no dia 20 de Maio. Quis saber em que fase está o PROT e o que pode esperar a Lezíria. Prosseguiu mencionando a inauguração dos CIRVER, no dia 4 de Junho, no Município da Chamusca. Pretendeu também saber como estava a situação relativamente ao IC3 e lembrou que, na última Assembleia da CULT, o senhor Presidente da Junta da CULT tinha dito que desenvolvia muitas actividades nesse sentido. Relativamente ao projecto da Sinalização Turística, que já tinha sido apresentado o Concurso Público, quis saber se já tinha sido escolhido algum parceiro. Concluiu a sua intervenção, fazendo novamente uma sugestão, que já antes tinha feito. Sugeriu que fosse entregue sempre um resumo que desse uma visão de como andam as contas da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **João Pedro Antunes Osório (CDU)**, referindo que no relatório de actividades estava escrito “reunião de dia 12 de Maio com a empresa que faz a manutenção da Vala Real de Alpiarça”. Questionou se o que se pretendia era escrever “manutenção da Vala Real” ou “manutenção do passeio pedonal entre Alpiarça e Almeirim”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, começando por referir que em relação às Águas do Ribatejo, as duas situações que estavam pendentes para que a empresa Águas do Ribatejo avançasse em velocidade cruzado era o problema do visto a conceder pelo Tribunal de Contas e a aprovação por Bruxelas da proposta de reformulação do projecto, apresentado com sete Municípios. Mencionou que o primeiro processo foi devolvido pelo Tribunal de Contas, com a argumentação de que não havia que conceder o visto porque a escritura estava feita correctamente. Assim, o processo foi devolvido, dado que a constituição de visto, por inutilidade, não se justificava que fosse concedido. No que toca à aprovação da reformulação, o senhor Presidente da Junta da CULT disse ter informações de que dentro de muito pouco tempo ela seria

comunicada por Bruxelas. Esperavam, assim, que dentro de dias este aspecto estivesse ultrapassado, para que se pudesse avançar de uma forma definitiva e completamente concretizada com a empresa Águas do Ribatejo. Em relação ao PROT, o senhor Presidente da Junta da CULT informou que o mesmo estava em inquérito público até Agosto e previa-se que durante o mês de Setembro, tendo em conta o cumprimento do calendário do Governo, ele fosse definitivamente aprovado. Quanto ao IC3 e a sua relação com os CIRVER, explicou que a informação mais recente que tinha era a de que na semana anterior se tinha realizado um conselho regional. Disse que teve oportunidade de, mais uma vez, expor o problema ao senhor Ministro do Ambiente, sendo este o Ministério onde estava em apreciação o estudo de impacto ambiental. Referiu ainda que a resposta que o senhor Ministro lhe tinha dado era que estava sensibilizado para o problema do IC3 e que tudo o que dependia dele e do seu Ministério seria feito para cumprir os prazos mínimos que por Lei teriam que ser cumpridos. No que diz respeito à Sinalização Turística, o senhor Presidente da Junta da CULT informou que o resultado desse concurso tinha sido apreciado na última reunião da Junta da CULT e, com base no relatório da Comissão de Análise e na apreciação da Junta, entendeu-se que as respostas das cinco empresas que concorreram foram entre elas conjugadas para que os preços ficassem acima daquilo que era previsto por Lei. Assim, com a ajuda do senhor Vereador da Câmara de Santarém, que é jurista, houve condições para anular aquele concurso e avançar com um ajuste directo. Foi isso que a Junta decidiu fazer. No que toca à Vala de Alpiarça, referiu que não era de facto manutenção da Vala de Alpiarça, mas das margens da Vala entre Almeirim e Alpiarça.-----

--- Usou da palavra a senhora Deputada **Isabel Maria Pinto de Almeida (BE)**, mencionando que, relativamente ao que o senhor Presidente da Junta tinha referido sobre o concurso da Sinalização Turística, efectivamente se todos os concorrentes apresentaram propostas exageradamente altas, a Junta não poderia adjudicar. No entanto, a posição mais correcta não seria o ajuste

directo, mas a abertura de um outro concurso, porque nada garantia que o preço base tivesse baixo demais e que outras empresas não tivessem concorrido por verem que não conseguiam atingir aquele preço.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que a Lei permitia recorrer ao ajuste directo. Prosseguiu dizendo que, naquele momento, para cumprimento dos prazos e aproveitamento de verbas ainda do QCA III, e visto que o projecto estava aprovado, um novo concurso invalidaria a possibilidade de aproveitar essas verbas. Era urgente o recurso a uma forma expedita de se avançar com aquela empreitada. Voltou a lembrar que estava realmente previsto na Lei o recurso ao ajuste directo e que os preços do concurso não eram demasiado baixos, porque eles assentaram em consultas informais que a CULT tinha feito ao mercado.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, questionando se era possível anexar uma relação de contas ao que estava escrito no relatório da actividade da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **José Francisco Dias Nunes (PS)**, questionando se a Junta estava a tratar de alguma situação por causa do Revisor Oficial de Contas. Lembrou que tinha sido já aprovado o Revisor referente ao ano de 2007 e para o ano de 2008 ainda não havia Revisor Oficial de Contas, estando o ano já a meio. Quis saber como estava esta situação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que tinha sido deliberado na última reunião da Junta da CULT abrir novo concurso para o Revisor Oficial de Contas para 2008. Inclusive consultaram-se as Câmaras no sentido de saber até que ponto alguma delas precisaria também de um Revisor Oficial de Contas, uma vez que em concurso conjunto com a CULT poderia haver benefícios no que toca a preços que os concorrentes viessem a apresentar. No entanto, apenas um ou dois Municípios se revelaram interessados, visto os outros já terem Revisor Oficial de Contas. A CULT iria assim abrir concurso nestas condições.--

--- Passou-se de seguida ao **segundo ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação da Primeira Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano.**---

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que esta revisão não era mais do que a primeira revisão de 2008, que era a introdução do saldo da gerência anterior: 815 655,71 Euros. Solicitou de seguida ao senhor Vice-Presidente da Assembleia da CULT que fosse o senhor Administrador Executivo a responder às questões dos senhores Deputados.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, com uma questão relativamente às modificações orçamentais na parte da despesa, uma vez que na parte da receita era completamente justificável. Referiu que havia um reforço da verba das transferências entre administrações por causa do QREN, de 340 mil Euros. Quis saber para que participações de obras se destinava esta verba.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado **José Joaquim de Jesus Braz (CDU)**, para questionar algumas rubricas. Como tinha sido referido, houve um aumento da receita no saldo de gerência anterior e como tal ela teria que ser distribuída por algumas rubricas. Mas, de acordo com o senhor Deputado, algumas rubricas subiram quase para o dobro e para o triplo. Por exemplo, na previsão do gasóleo passou de 15 mil para 45 mil Euros. O material de escritório de 16 mil para 36 mil Euros. Questionou se tal era só para distribuir receitas ou haveria uma fundamentação para este aumento com uma percentagem tão elevada. Outra questão do senhor Deputado teve a ver com o QCA III, que passou de 4 milhões para 4 milhões e 400 mil Euros. Quis saber se isto tinha justificação do ponto de vista dos projectos ou foi necessária cabimentação nesta rubrica.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que a distribuição do saldo foi feita tendo em conta a situação actual e perspectivando um pouco o que se passará no futuro. Relativamente aos aumentos na rubrica dos combustíveis, ela estava,

face à situação actual, deficitária. Portanto, houve que fazer o seu reforço. No que diz respeito ao QCA III e ao reforço de 400 mil Euros, explicou que quando o orçamento foi feito, antes de 31 de Dezembro, verificou-se uma ligeira baixa de execução em termos de QREN e essa verba de 400 mil Euros foi introduzida para perfazer o montante do QREN. No que toca ao reforço das verbas relativas ao QREN, lembrou que a CULT estava em fase final de negociação com a CCDR Alentejo. Na última comissão de acompanhamento do PO, no Alentejo, foram apresentados cinco programas estratégicos das cinco NUT III. Entretanto, a CCDR iria começar em negociações com duas NUT III – a da Lezíria e a do Baixo Alentejo – na sexta-feira seguinte. Lembrou ainda que alguns Municípios estavam a fazer candidaturas ao QREN desde há muito e com alguns projectos aprovados. O objectivo da CULT era tentar reforçar esta verba para que, quando fosse assinada a contratualização, muitos desses projectos aprovados pela CCDR Alentejo fossem transferidos para a contratualização. Daí que a CULT tenha colocado, em termos de QREN, esta verba, também para dar resposta a projectos que a própria CULT possa fazer antes de assinar a contratualização, nomeadamente no âmbito da modernização administrativa ou de outros programas que estão a ser alvo de concursos promovidos pela CCDR.-----

--- Submetida à votação a **Primeira Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 19 (PS, CDU e BE);-----

--- Abstenções: 6 (PSD e CDS-PP).-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor Deputado **João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, afirmando que a bancada do PSD se tinha absterido na votação, não por ser contra a inclusão do saldo da gerência, mas porque tinha a ver com uma revisão orçamental de um orçamento base, o qual a bancada do PSD duvidava que ele fosse cumprido. Portanto, dado não haver mudanças significativas ao orçamento base, o PSD absteve-se.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CULT, José Manuel Bento Sampaio (CDU)**, agradecendo o contributo de todos e dando por encerrada a sessão.-----

--- Pediu ainda a palavra o senhor Deputado **Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, em nome da bancada da CDU. Desejou rápidas melhoras à senhora Presidente da Assembleia da CULT e que regressasse rapidamente à sua vida normal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CULT, José Manuel Bento Sampaio (CDU)**, lembrando que no início da sessão teve oportunidade de em nome da Assembleia exprimir os votos de melhoras da senhora Presidente da Assembleia da CULT. Voltou, em nome da Assembleia, a desejar rápidas melhoras. Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Vice-Presidente da Assembleia da CULT deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Vice Presidentes da Mesa e representante da bancada do PS na Mesa.-----

---O VICE PRESIDENTE _____

---O VICE PRESIDENTE _____

--- EM REPRESENTAÇÃO DA BANCADA DO PS